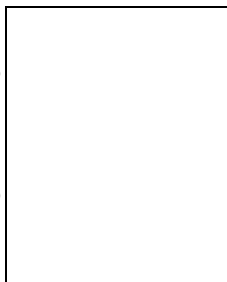




PARTICIPAÇÃO NO SORTEIO PARA ATRIBUIÇÃO DE ESPAÇOS DE VENDA NA FEIRA DO CACÉM

n.º _____ / _____ SM
(n.º de participação no sorteio)

Fotografia ou cópia legível



Ex.mo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Sintra

(nome do requerente) _____
 _____, contribuinte (pessoa singular) n.º _____
 com residência na (Rua, Av^a) _____
 (n.º/lote) _____, (andar) _____, (localidade) _____,
 (cód. postal) _____ - _____, Freguesia de _____,
 com o telefone/telemóvel n.º _____, e-mail _____, portador
 do Bilhete de identidade / Cartão de Cidadão n.º _____ emitido em ____ / ____ / _____, pelo
 Arquivo de Identificação de _____, com o cartão de feirante n.º _____.

Vem requerer a V. Exa. a sua inscrição no sorteio para atribuição de espaços de venda na Feira do Cacém, que se realizará no dia 10 de Dezembro de 2013, pelas 10H00 no Palácio Valenças, em Sintra:

- ☐ Espaço de venda de roupa e produtos não alimentares
- ☐ Espaço de venda de hortofrutícolas e outros produtos alimentares
- ☐ Espaço de venda de produtos alimentares confeccionados (roulottes)

Pede Deferimento

Sintra, _____ de _____ de 20____

O Requerente,

.....



RECIBO DE ENTREGA DE REQUERIMENTO

REG.º SM _____

**ASSUNTO: PARTICIPAÇÃO NO SORTEIO PARA ATRIBUIÇÃO DE ESPAÇOS DE VENDA
NA FEIRA DO CACÉM**

Assinatura do Funcionário: _____

Categoria: _____ Data : ____ / ____ / ____

Gabinete de Licenciamento das Atividades Económicas e Gestão de Mercados
 Rua Dr. Alfredo Costa, 33 - 2714-524 SINTRA
 Tel: 21 923 8550 Fax: 21 923 8551 e-mail: municipe@cm-sintra.pt

IMP.PS.01.237.01

Instruções**Juntar:**

- Cópia de Bilhete de Identidade ou do Cartão de Cidadão
- Cópia do Cartão de Contribuinte
- Cópia do Cartão de Feirante
- Cópia da certidão em como não é devedor à Administração Fiscal ou do pedido
- Cópia da certidão em como não é devedor à Segurança Social ou do pedido

Notas:

- **Data limite de inscrição – 6 de Dezembro de 2013**
- Os presentes dados irão ser objecto de tratamento informático, tendo o requerente direito de informação nos termos do nº1 e 2 do art.º 10º da Lei 67/98 de 26.10.1998, a qual transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva nº 95/46/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de Outubro de 1995, relativa à protecção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados - Lei da Protecção de Dados Pessoais.
- Os interessados apenas poderão concorrer a um espaço de venda.

Direito à Informação

- Responsável pelo tratamento → Presidente da Câmara
- Finalidades de tratamento → Tratamento informático do processo do requerente.
- Destinatários ou categorias de destinatários dos dados → serviços municipais interventores no processo.
- A resposta aos dados integrantes no formulário são obrigatórias sob pena de indeferimento do pedido.
- Os dados disponibilizados podem ser acedidos e alterados pelo requerente até despacho por parte do decisor político. Após esse momento qualquer alteração implica apresentação de novo pedido.

Base legal:

- Lei n.º 27/2013 de 12 de Abril